







2020

RELATÓRIO
DE **GESTÃO**

SUMÁRIO

—

-  **03** Mensagem do Presidente
-  **05** Cenário econômico
-  **07** Estrutura sistêmica
-  **09** Nossa evolução
-  **13** Governança corporativa
-  **18** Relatório da Administração
-  **19** Demonstrações financeiras e contábeis
-  **55** Parecer do Conselho Fiscal
-  **57** Agências



Um ano desafiador

As transformações para o setor de cooperativas previstas para 2020 eram positivas, quando muito, adaptações monetárias. Mas a pandemia, em março, transformou não só a economia, mas a sociedade e, sem precedentes na história, mudou radicalmente o comportamento da humanidade, com um rastro de muito estrago e dor. Mas foi ainda catalisador de mudanças, acelerando medidas que demorariam algum tempo para serem implantadas, principalmente na área digital.

Em 2020, o sistema financeiro nacional experimentou curvas de indicadores como inadimplência, grau de eficiência e rentabilidade compatíveis com a retração da atividade econômica – mesmo com a taxa Selic no piso histórico. Tal fator influenciou diretamente na atividade de todas as instituições financeiras, que tiveram que “apertar os cintos”, melhorar significativamente seus indicadores de eficiência e inovar em sua gestão. No Sicoob Lojicred, não foi diferente. A princípio, avaliamos a dinâmica da pandemia e acompanhamos as políticas econômicas adotadas; adaptamos rápido; focamos em resolutividade e eficiência; e ‘abraçamos’ os cooperados.

O Sicoob Lojicred fortaleceu linhas de crédito especiais, novas soluções digitais, seguros com cobertura à pandemia presente, dentre diversos outros produtos. O resultado não poderia ter sido outro: mais cooperados, mais força, mais justiça financeira e conseqüentemente mais prosperidade.

De uma forma subjetiva, pode-se afirmar que o principal ponto para a superação alcançada neste ano de 2020 foi a brilhante sinergia que alcançamos entre todos os níveis da cooperativa, e, dentre eles, destaca-se a disciplina da equipe de colaboradores, adjetivos como determinação, superação, comprometimento, autoconhecimento e, principalmente, cooperação foram vistos cotidianamente na organização.

Adaptação foi a palavra de ordem do Sicoob Lojicred. Em um primeiro momento, foram feitas mudanças profundas na governança, seguidas da formação de um Comitê de Crise para discussões e definições de temas cogentes à pandemia, medidas essas que facilitaram sobremaneira a tomada de decisões, que em sua maioria foram rápidas e assertivas.

Importante reforçar que o protagonista do Sicoob Lojicred é o cooperado e não a cooperativa. A pandemia tornou essa sentença ainda mais forte dentro da instituição. Se o associado prospera, automaticamente a cooperativa prospera junto. Dessa forma, constatamos que o Sicoob Lojicred se adaptou e preparou, para o enfrentamento da crise que se instalou, os melhores e mais adequados produtos e serviços que serviram e servem, literalmente, como uma maleta de ferramentas financeiras aos seus associados. E também foi nítido o reconhecimento deles, os quais agregaram ainda mais suas operações no cooperativismo, fizeram de seus gerentes seus consultores, viram no Sicoob Lojicred sua instituição financeira sólida, eficaz e vigorosa. Isso se mede pelo recorde em ativos, recorde em aplicações financeiras e pela diminuição em mais de 10% no índice de inadimplência em comparação ao exercício de 2019. Agradecemos a todos que conosco estiveram e nos fortaleceram neste ano difícil que foi 2020, como nossos colaboradores, cooperados, diretores, conselheiros e a Central Sicoob Uni, parceira estratégica e muito ativa neste momento de turbulência. Obrigado a todos.

Ricardo Teodoro Souza

Presidente do Conselho de Administração
do Sicoob Lojicred



2020 - UM ANO INESQUECÍVEL

A pandemia da COVID-19 marcou de forma indelével a história da humanidade.

O imenso impacto na saúde e na qualidade de vida, no mundo como um todo, teve desdobramentos fortes na economia das pessoas e dos países.

No Brasil, o setor financeiro teve a pior lucratividade na comparação com as últimas décadas. Sofreu o impacto direto da pandemia e da redução da atividade econômica. Mas recebeu um impacto de força similar com a redução dos juros básicos - SELIC - para a menor média da história brasileira, estabilizando-se em 2% ao ano. Os provisionamentos por possíveis perdas com empréstimos correram parte dos lucros do ano. O lucro combinado das grandes instituições financeiras fechou 2020 em média um quarto a menos do

que o do ano anterior. A rentabilidade dos quatro maiores bancos com capital aberto - segundo estudo da Economática - caiu de 19,1% (2019) para 13,5% (2020).

Para 2021, o cenário é bem menos turvo. Os bancos já estão mais enxutos com os ajustes, reduções de agências, menor custo de risco e investimentos em tecnologia, provisionamentos já foram realizados e a taxa Selic deve assumir um viés de alta. Tudo favorece a recuperação dos resultados na comparação com a base deste ano que fechou.

O Sistema Sicoob, contudo, se fortaleceu.

Cresceu em número de agências, quantidade de cooperados, em operações de crédito e resultados financeiros.

Quando se analisa os dados da nossa Central Sicoob Uni, a realidade é bastante alvissareira.

As cooperativas filiadas avançaram nos seus processos de desenvolvimento de negócios e aperfeiçoamento da governança. E a própria Central acompanhou o ritmo.

O consolidado das cooperativas filiadas apresentou um aumento dos ativos totais de 45%, ultrapassando 12 bilhões de reais. Os depósitos cresceram 48%, atingindo 8 bilhões de reais e as operações de crédito tiveram aumento de 41%, superando 6 bilhões de reais.

O resultado financeiro foi espetacular: aumentou de cerca de 305 para quase 370 milhões de reais.

Que 2021 seja um ano com menor sofrimento para as pessoas e para a economia!

Que em 2021 nossas cooperativas prossigam na direção do crescimento e do desenvolvimento!





CENTRO COOPERATIVO SICOOB (CCS)

INSTITUTO VOLTADO PARA O INVESTIMENTO SOCIAL ESTRATÉGICO
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
SEGURADORA DO RAMO VIDA E PREVIDÊNCIA
PROCESSADORA E BANDEIRA DE CARTÕES
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
BANCO COOPERATIVO
CONFEDERAÇÃO

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Inspiradora;
Inovação e Simplicidade.



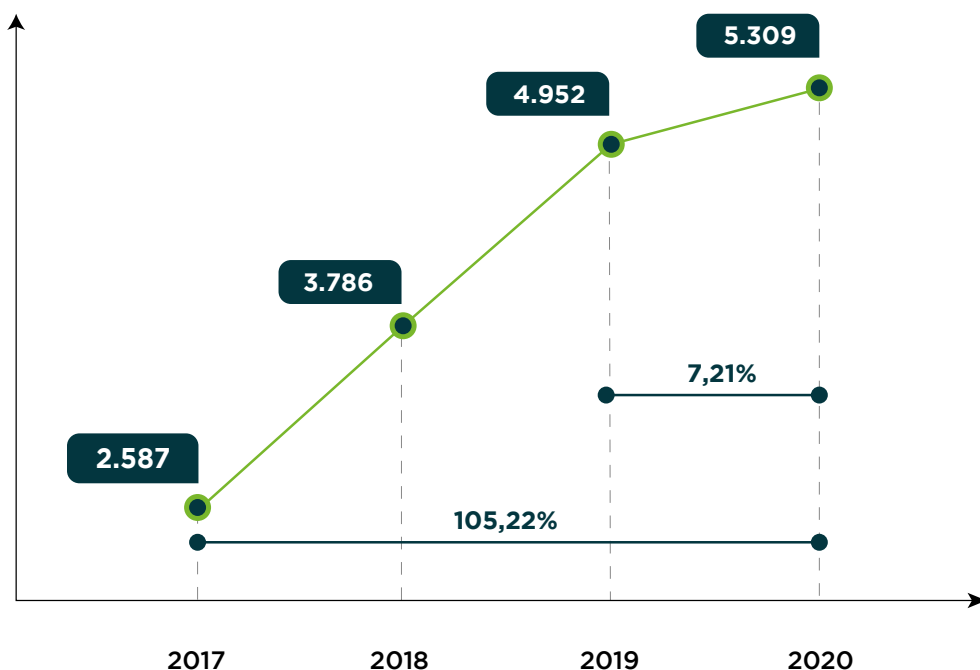
Crescimento do Sicoob Lojicred





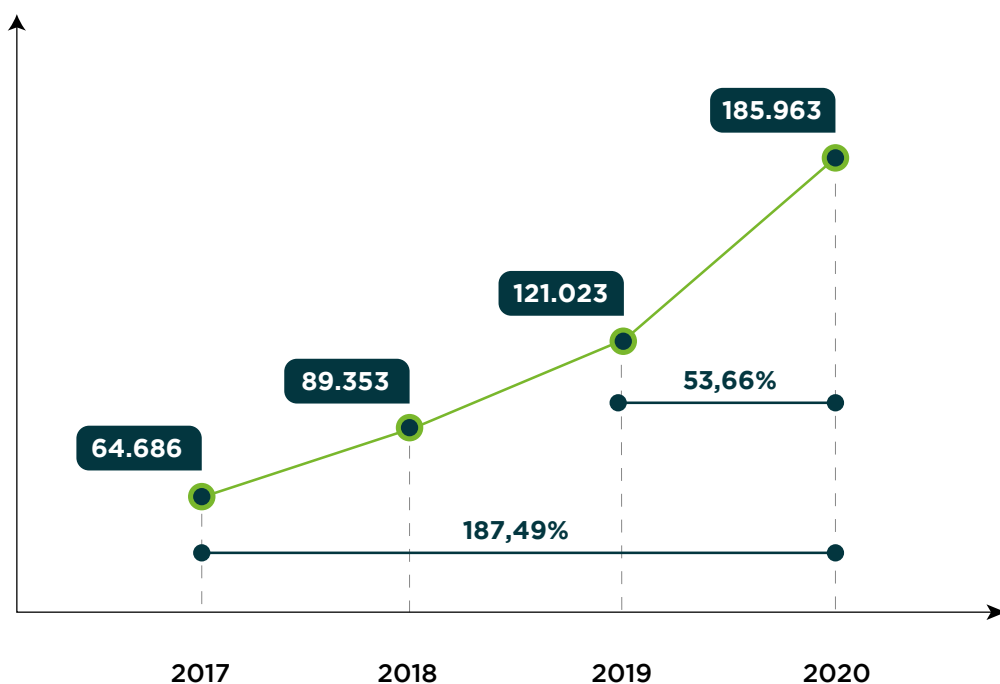
COOPERADOS

QUANTIDADE FECHADA EM 31/12/2020



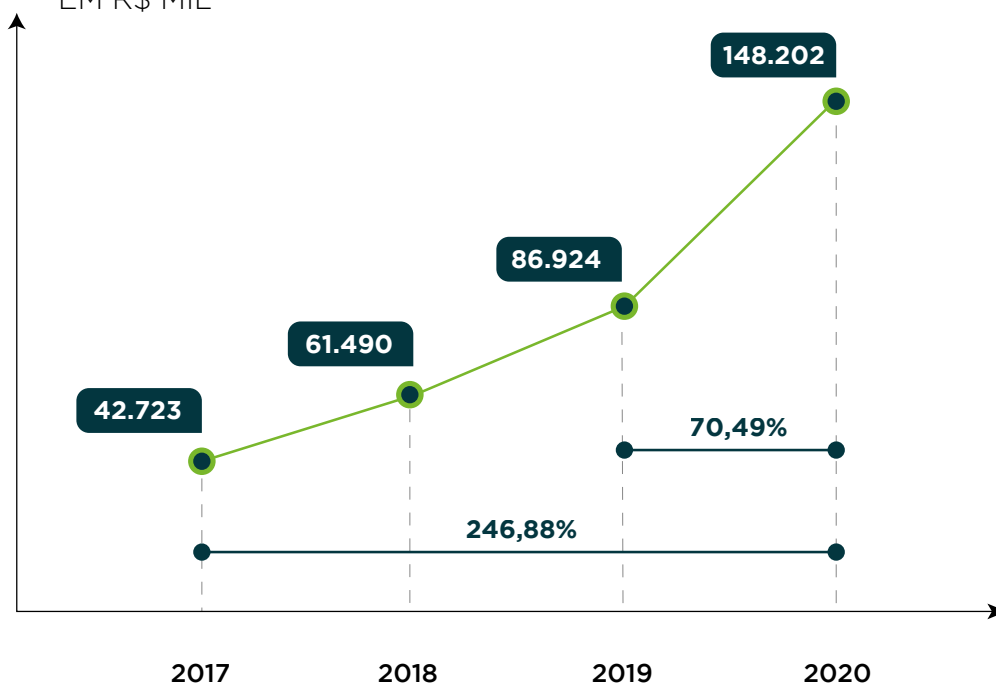
ATIVO TOTAL

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



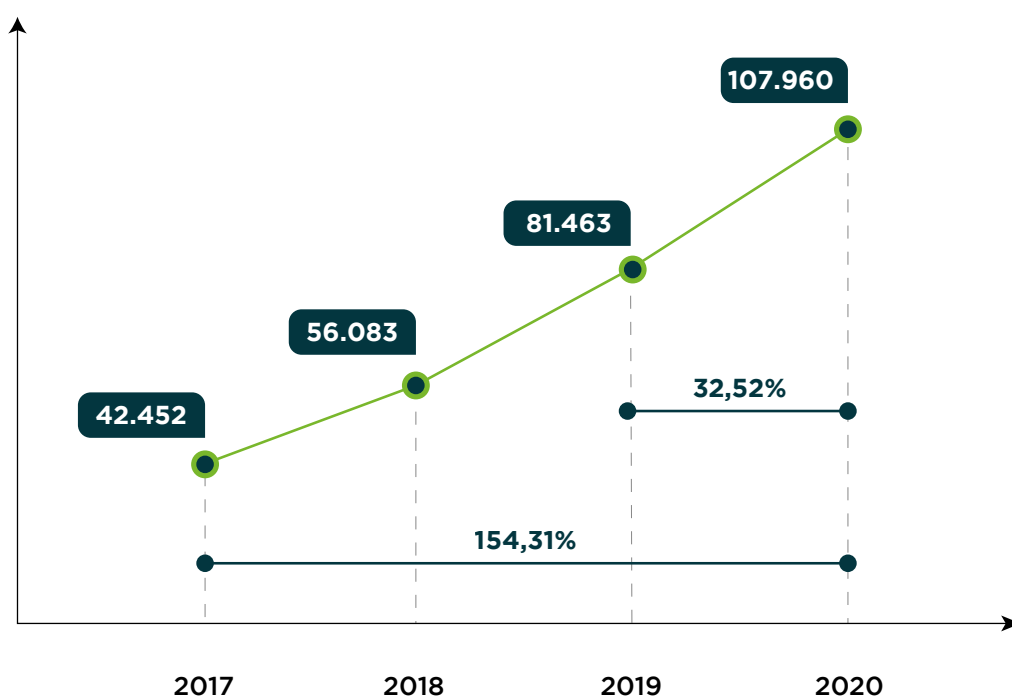
DEPÓSITOS TOTAIS

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



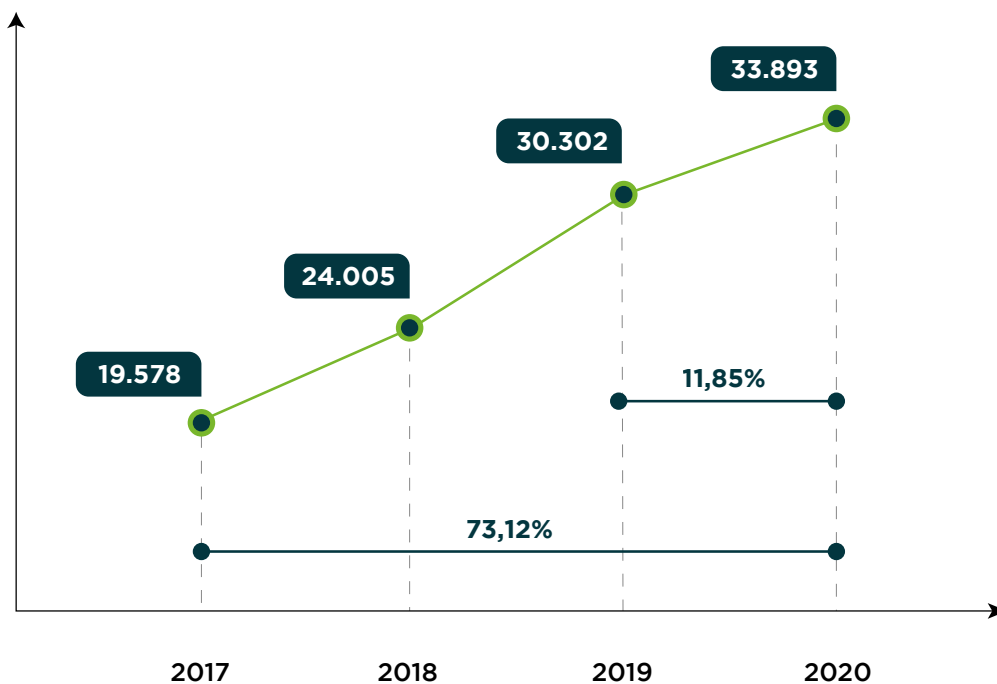
CARTEIRA DE CRÉDITO

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



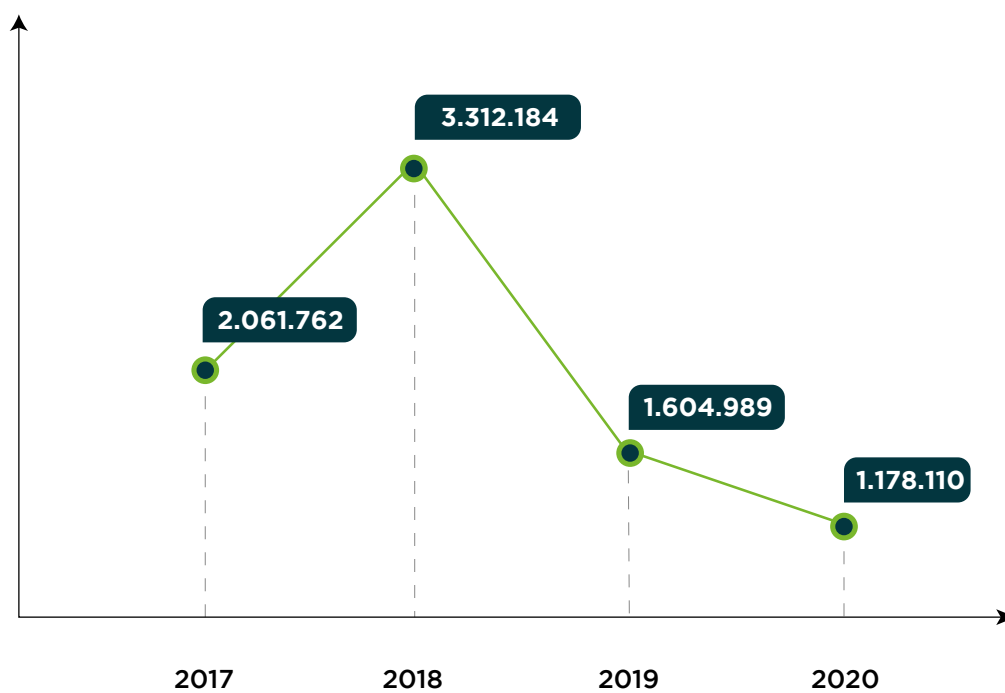
⇒ PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



⇒ SOBRAS DO EXERCÍCIO

SALDO ACUMULADO NO EXERCÍCIO DE 2020
EM R\$





Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimen-



to dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa ‘monístico’ [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo ‘dual’ [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da ‘obediência consentida’, integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:
 - ° ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
 - ° como forma operacional, à

centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

° ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

° ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias: cooperativa e auditoria externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

• na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros

ros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguraram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Confis).

1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social anterior acompanhada de

pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:

- ° relatório da gestão;
- ° demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
- ° demonstrativo dos resultados – das sobras ou perdas apuradas.
 - destinação dos resultados;
 - eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
 - reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 7 membros efetivos com mandato de 3 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o Conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

3 Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 3 membros – Diretor-Geral, Diretor de Supor-

te Organizacional e Diretor de Relacionamento com o Associado, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Confis – Conselho Fiscal:

Ao Confis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comu-

nicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;

- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno e de Gestão de Riscos:

Controle Interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Gestão de Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para

garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, pos-

sibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;

- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.





A administração do Sicoob Lojicred, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as demonstrações financeiras e contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Seguindo os valores cooperativistas, em especial a transparência, esclarecemos aos nossos cooperados a situação econômico-financeira e patrimonial da cooperativa, buscando voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

No decorrer de 2020, a cooperativa atuou em diversas iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua; adaptou-se para apoiar seus cooperados e atendê-los com segurança em razão da pandemia da Covid-19, e ainda garantir a plena continuidade dos trabalhos de seus colaboradores mesmo no contexto pandêmico; além de promover ações em atenção à sociedade em geral.

Como direcionador de trabalho, tivemos o Planejamento Estratégico 2019-2021. Entre as grandes metas aspiracionais temos: atingir o marco de R\$ 300 milhões de ativos, aumentar a carteira de crédito para R\$ 202 milhões, crescer o número de cooperados para 7.205 e depósitos totais para R\$ 250 milhões.

Apesar da pandemia, foram atingidos os seguintes números abaixo mencionados:

Dados	Realizado
Cooperados	5.309
Depósitos Totais*	R\$ 148.202
Carteira de Crédito*	107.960
Patrimônio Líquido*	R\$ 33.893
Ativo Total*	R\$ 185.963
Sobras Brutas do Exercício	R\$ 1.178.110

*Valores em milhares

Data base: 31/12/2020



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		185.963.289,52	121.023.189,84
Circulante		121.493.021,33	81.997.241,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	70.396.916,79	33.491.776,14
Disponibilidades		1.986.424,95	2.733.627,55
Centralização Financeira - Cooperativas		68.410.491,84	30.758.148,59
Operações de Crédito	5	40.513.179,53	39.348.091,06
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		42.705.539,22	40.719.765,26
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(4.742.391,18)	(4.026.681,15)
Financiamentos		2.737.817,26	2.799.714,28
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(187.785,77)	(144.707,33)
Outros Créditos	6	1.803.754,23	882.937,52
Créditos por Avais e Fianças Honradas		666.947,08	260.460,57
Rendas a Receber		221.941,39	213.741,44
Diversos		1.259.150,12	535.531,44
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		217.353,38	92.759,20
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(561.637,74)	(219.555,13)
Outros Valores e Bens	7	8.779.170,78	8.274.436,63
Outros Valores e Bens		8.601.033,41	8.146.930,87
Despesas Antecipadas		178.137,37	127.505,76
Não Circulante		64.470.268,19	39.025.948,49
Realizável a Longo Prazo		58.625.793,45	33.718.498,44
Operações de Crédito	5	58.325.635,02	33.718.498,44
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		56.056.679,51	31.364.008,80
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(3.902.138,18)	(3.942.110,67)
Financiamentos		6.460.225,51	6.579.522,43
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(289.131,82)	(282.922,12)
Outros Créditos	6	300.158,43	-
Diversos		301.666,76	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.508,33)	-
Permanente		5.844.474,74	5.307.450,05
Investimentos	8	3.009.040,25	2.880.483,73
Participação em Cooperativa Central de Crédito		1.848.358,37	1.798.752,10
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa de Crédito		1.160.681,88	1.081.731,63
Imobilizado de Uso	9	2.795.732,20	2.391.421,64
Imobilizado de Uso		3.886.588,92	3.126.062,26
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(1.090.856,72)	(734.640,62)
Intangível	10	39.702,29	35.544,68
Ativos Intangíveis		73.410,89	64.188,13
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(33.708,60)	(28.643,45)
Total do Ativo		185.963.289,52	121.023.189,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		152.069.756,53	90.121.127,56
Circulante		152.063.608,61	90.116.990,20
Depósitos	11	145.804.207,96	86.924.338,30
Depósitos à Vista		64.332.561,62	43.506.164,93
Depósitos a Prazo		81.471.646,34	43.418.173,37
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	2.398.417,21	-
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		2.398.417,21	-
Relações Interfinanceiras	13	-	93,11
Relações com Correspondentes		-	93,11
Relações de Interdependências	14	239.588,25	20,00
Recursos em Trânsito de Terceiros		239.588,25	20,00
Outras Obrigações	15	3.621.395,19	3.192.538,79
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4.376,87	18.141,52
Sociais e Estatutárias		1.058.351,41	447.686,78
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		362.990,08	344.982,68
Diversas		2.195.676,83	2.381.727,81
Não Circulante		6.147,92	4.137,36
Outras Obrigações	15	6.147,92	4.137,36
Diversas		6.147,92	4.137,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.893.532,99	30.902.062,28
Capital Social	17	26.629.867,82	24.179.582,67
De Domiciliados no País		27.773.946,16	25.055.226,91
(-) Capital a Realizar		(1.144.078,34)	(875.644,24)
Reserva de Sobras		7.053.204,12	6.005.060,39
Sobras ou Perdas Acumuladas	17.d	210.461,05	717.419,22
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		185.963.289,52	121.023.189,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		9.803.297,27	19.970.551,67	11.092.085,42	20.936.951,22
Operações de Crédito	20	9.131.213,52	18.707.224,71	10.296.842,20	19.390.246,84
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		672.083,75	1.263.326,96	795.243,22	1.546.704,38
Dispêndio da Intermediação Financeira	21	(3.757.272,49)	(9.593.983,70)	(5.894.186,21)	(10.111.947,89)
Operações de Captação no Mercado		(837.937,86)	(1.740.745,41)	(1.159.710,19)	(2.163.502,43)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(2.919.334,63)	(7.853.238,29)	(4.734.476,02)	(7.948.445,46)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.046.024,78	10.376.567,97	5.197.899,21	10.825.003,33
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(4.540.610,77)	(9.074.922,48)	(5.155.959,23)	(9.224.820,20)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	22	1.706.479,69	3.405.479,86	1.689.584,91	2.922.811,17
Rendas (Ingressos) de Tarifas	23	1.742.991,39	3.876.957,69	2.340.411,55	4.567.067,70
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	24	(4.211.639,02)	(8.702.953,90)	(4.817.540,22)	(9.121.907,74)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	25	(3.810.923,40)	(7.879.145,13)	(4.540.870,96)	(7.966.245,70)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	26	(117.253,84)	(240.283,08)	(173.593,68)	(326.090,56)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	27	908.456,44	1.988.629,22	1.014.995,49	1.867.912,86
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	28	(640.792,91)	(1.377.263,19)	(593.323,16)	(1.017.331,92)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(117.929,12)	(146.343,95)	(75.623,16)	(151.036,01)
Resultado Operacional		1.505.414,01	1.301.645,49	41.939,98	1.600.183,13
Outras Receitas e Despesas	29	61.524,66	(72.642,71)	270.309,68	87.928,43
Lucros em Transações com Valores e Bens		375.601,25	375.601,25	940.932,77	975.632,77
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(5.109,85)	(5.109,85)	(259.994,97)	(528.968,99)
Outras Receitas		132.271,78	139.232,29	53.961,16	107.175,55
Outras Despesas		(441.238,52)	(582.366,40)	(12.295,96)	(13.617,58)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	-	(452.293,32)	(452.293,32)
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.566.938,67	1.229.002,78	312.249,66	1.688.111,56
Imposto de Renda		37.126,05	(25.446,25)	24.317,49	(42.951,42)
Contribuição Social		18.192,66	(25.446,25)	3.851,80	(40.170,85)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.622.257,38	1.178.110,28	340.418,95	1.604.989,29
Juros ao Capital		(523.992,80)	(523.992,80)	(1.256.222,16)	(1.256.222,16)
Sobras/Perdas Líquidas		1.098.264,58	654.117,48	(915.803,21)	348.767,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas antes das Destinações		1.622.257,38	1.178.110,28	340.418,95	1.604.989,29
Juros ao Capital Recebido		(49.606,27)	(49.606,27)	(29.085,26)	(29.085,26)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(78.951,91)	-	(141.212,01)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		2.919.334,63	7.853.238,29	4.734.476,02	7.948.445,46
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		303.756,24	515.332,84	188.497,46	323.521,82
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens		-	-	452.293,32	452.293,32
Depreciações e Amortizações		192.785,72	361.281,23	120.882,27	228.371,71
Sobras/Perdas ajustadas antes das destinações		4.988.527,70	9.779.404,46	5.807.482,76	10.387.324,33
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-	-	-
Operações de Crédito		(27.862.979,87)	(33.625.463,34)	(15.474.079,36)	(29.748.288,35)
Outros Créditos		(1.215.850,33)	(1.220.975,14)	(5.743,36)	1.856.300,54
Outros Valores e Bens		1.269.515,85	(504.734,15)	1.328.461,58	(253.622,15)
Depósitos à Vista		16.740.451,24	20.826.396,69	10.951.047,82	13.911.956,44
Depósitos a Prazo		18.000.019,29	38.053.472,97	5.326.729,41	11.521.568,80
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		-	-	-	-
Relações de Interdependências		109.059,84	239.568,25	20,00	20,00
Relações Interfinanceiras		-	(93,11)	-	-
Outras Obrigações		(804.004,87)	(557.566,18)	(2.728.765,47)	(2.157.317,53)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	1.444.780,92	1.444.780,92
FATES Sobras do Exercício		(60.131,73)	(60.131,73)	(179.354,81)	(179.354,81)
Imposto de Renda		37.126,05	(25.446,25)	24.317,49	(42.951,42)
Contribuição Social		18.192,66	(25.446,25)	3.851,80	(40.170,85)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		13.565.542,85	35.224.603,24	6.498.748,78	8.499.047,92
Recebimento Dividendos		-	78.951,91	-	141.212,01
Recebimento de Juros ao Capital		49.606,27	49.606,27	29.085,26	29.085,26
Aquisição de Intangível		(82.081,36)	(166.036,34)	(2.824,00)	(12.531,13)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(426.581,91)	(603.713,06)	(613.248,23)	(1.082.340,98)
Aquisição de Investimentos		(49.606,27)	(128.556,52)	(1.551.096,14)	(1.839.657,84)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(508.663,27)	(769.747,74)	(2.138.083,11)	(2.764.232,68)
Aumento por novos Aportes de Capital		1.780.055,53	3.655.091,17	2.933.123,82	7.160.719,43
Devolução de Capital aos Cooperados		(873.913,65)	(1.715.687,41)	(1.506.251,39)	(3.111.270,39)
Juros ao Capital pago		512.167,67	512.167,67	1.244.087,29	1.244.087,29
IRRF sobre Juros ao Capital		(786,28)	(786,28)	(5.925,54)	(5.925,54)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		1.417.023,27	2.450.285,15	2.665.034,18	5.282.596,02
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.473.902,85	36.905.140,65	7.025.699,85	11.017.411,26
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		55.923.013,94	33.491.776,14	26.466.076,29	22.474.364,88
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		70.396.916,79	70.396.916,79	33.491.776,14	33.491.776,14
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.473.902,85	36.905.140,65	7.025.699,85	11.017.411,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		18.809.745,72	(289.366,00)	3.010.384,56	2.097.860,27	376.648,47	24.005.273,02
Ao FATES		-	-	-	-	1.444.780,92	1.444.780,92
Ao Capital		373.592,16	-	-	-	(373.592,16)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados		-	-	-	-	(3.056,31)	(3.056,31)
Por Subscrição/Realização		7.746.997,67	(586.278,24)	-	-	-	7.160.719,43
Por Devolução (-)		(3.111.270,39)	-	-	-	-	(3.111.270,39)
Estorno de Capital		(2.000,00)	-	-	-	-	(2.000,00)
Reversões de Reservas		-	-	2.097.901,81	(2.097.860,27)	-	41,54
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.604.989,29	1.604.989,29
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(1.256.222,16)	(1.256.222,16)
Juros ao Capital		1.244.087,29	-	-	-	-	1.244.087,29
IRRF sobre Juros ao Capital		(5.925,54)	-	-	-	-	(5.925,54)
Fundo de Reserva		-	-	896.774,02	-	(896.774,02)	-
FATES		-	-	-	-	(179.354,81)	(179.354,81)
Saldo em 31/12/2019		25.055.226,91	(875.644,24)	6.005.060,39	-	717.419,22	30.902.062,28
Constituição de Reservas		-	-	717.419,22	-	(717.419,22)	-
Por Subscrição/Realização		3.923.525,27	(268.434,10)	-	-	-	3.655.091,17
Por Devolução (-)		(1.715.687,41)	-	-	-	-	(1.715.687,41)
Estorno de Capital		(500,00)	-	-	-	-	(500,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.178.110,28	1.178.110,28
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(523.992,80)	(523.992,80)
Juros ao Capital		512.167,67	-	-	-	-	512.167,67
IRRF sobre Juros ao Capital		(786,28)	-	-	-	-	(786,28)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(52.800,19)	(52.800,19)
Fundo de Reserva		-	-	330.724,51	-	(330.724,51)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	-	-	-
FATES		-	-	-	-	(60.131,73)	(60.131,73)
Saldo em 31/12/2020		27.773.946,16	(1.144.078,34)	7.053.204,12	-	210.461,05	33.893.532,99
Saldo em 30/06/2019		22.291.911,03	(777.362,54)	5.108.286,37	-	1.264.570,34	27.887.405,20
Ao FATES		-	-	-	-	1.444.780,92	1.444.780,92
Por Subscrição/Realização		3.031.405,52	(98.281,70)	-	-	-	2.933.123,82
Por Devolução (-)		(1.506.251,39)	-	-	-	-	(1.506.251,39)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	340.418,95	340.418,95
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(1.256.222,16)	(1.256.222,16)
Juros ao Capital		1.244.087,29	-	-	-	-	1.244.087,29
IRRF sobre Juros ao Capital		(5.925,54)	-	-	-	-	(5.925,54)
Fundo de Reserva		-	-	896.774,02	-	(896.774,02)	-
FATES		-	-	-	-	(179.354,81)	(179.354,81)
Saldo em 31/12/2019		25.055.226,91	(875.644,24)	6.005.060,39	-	717.419,22	30.902.062,28
Saldo em 30/06/2020		26.390.277,29	(1.177.432,74)	6.722.479,61	-	(444.147,10)	31.491.177,06
Por Subscrição/Realização		1.746.701,13	33.354,40	-	-	-	1.780.055,53
Por Devolução (-)		(873.913,65)	-	-	-	-	(873.913,65)
Estorno de Capital		(500,00)	-	-	-	-	(500,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.622.257,38	1.622.257,38
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(523.992,80)	(523.992,80)
Juros ao Capital		512.167,67	-	-	-	-	512.167,67
IRRF sobre Juros ao Capital		(786,28)	-	-	-	-	(786,28)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(52.800,19)	(52.800,19)
Fundo de Reserva		-	-	330.724,51	-	(330.724,51)	-
FATES		-	-	-	-	(60.131,73)	(60.131,73)
Saldo em 31/12/2020		27.773.946,16	(1.144.078,34)	7.053.204,12	-	210.461,05	33.893.532,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		1.622.257,38	1.178.110,28	340.418,95	1.604.989,29
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		1.622.257,38	1.178.110,28	340.418,95	1.604.989,29

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

VALORES EM REAIS (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS LTDA - SICOOB LOJICRED** - é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **23/04/2001**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI** - e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO - em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB LOJICRED** possui **6** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **GOIÂNIA - GO, INHUMAS - GO, TRINDADE - GO, BONFINÓPOLIS - GO.**

O **SICOOB LOJICRED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente

àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso

de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020**, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (I)	1.986.424,95	2.733.627,55
Relações interfinanceiras - centralização financeira (II)	68.410.491,84	30.758.148,59
TOTAL	70.396.916,79	33.491.776,14

(I) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de autoatendimento) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(II) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto à Central Sicoob UNI, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020. Os rendimentos auferidos nos exercícios de 2020 e 2019 foram respectivamente R\$ 1.263.326,96 (Um milhão, duzentos e sessenta e três mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos) e R\$ 1.546.704,38 (Um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e quatro reais e trinta e oito centavos).

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	42.705.539,22	56.056.679,51	98.762.218,73	72.083.774,06
Financiamentos	2.737.817,26	6.460.225,51	9.198.042,77	9.379.236,71
Total de Operações de Crédito	45.443.356,48	62.516.905,02	107.960.261,50	81.463.010,77
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.930.176,95)	(4.191.270,00)	(9.121.446,95)	(8.396.421,27)
TOTAL	40.513.179,53	58.325.635,02	98.838.814,55	73.066.589,50

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,5%	Normal	32.523.162,92	1.501.705,02	34.024.867,94	(170.124,34)	21.512.530,87	(107.562,65)
B	1%	Normal	29.137.484,84	3.518.972,71	32.656.457,55	(326.564,58)	23.965.296,03	(239.652,96)
B	1%	Vencidas	205.503,13	205.616,69	411.119,82	(4.111,20)	188.436,61	(1.884,37)
C	3%	Normal	20.899.888,39	2.993.877,35	23.893.765,74	(716.812,97)	18.401.188,92	(552.035,67)
C	3%	Vencidas	2.310.409,00	85.164,92	2.395.573,92	(71.867,22)	1.230.439,73	(36.913,19)
D	10%	Normal	2.631.244,23	424.631,62	3.055.875,85	(305.587,59)	3.753.545,96	(375.354,60)
D	10%	Vencidas	718.048,94	28.641,77	746.690,71	(74.669,07)	1.258.369,18	(125.836,92)
E	30%	Normal	1.807.784,60	19.022,20	1.826.806,80	(548.042,04)	2.518.651,88	(755.595,56)
E	30%	Vencidas	1.197.893,30	165.608,45	1.363.501,75	(409.050,52)	1.361.561,66	(408.468,50)
F	50%	Normal	924.143,71	31.453,41	955.597,12	(477.798,56)	1.107.104,33	(553.552,17)
F	50%	Vencidas	627.812,72	0,00	627.812,72	(313.906,36)	1.082.519,75	(541.259,88)
G	70%	Normal	42.972,50	0,00	42.972,50	(30.080,75)	353.555,51	(247.488,86)
G	70%	Vencidas	954.626,60	0,00	954.626,60	(668.238,62)	929.983,23	(650.988,26)
H	100%	Normal	687.684,45	31.211,29	718.895,74	(718.895,74)	1.015.990,78	(1.015.990,78)
H	100%	Vencidas	4.093.559,40	192.137,34	4.285.696,74	(4.285.696,74)	2.783.836,33	(2.783.836,90)
Total Normal			88.654.365,64	8.520.873,60	97.175.239,24	(3.293.906,57)	72.627.864,28	(3.847.233,25)
Total Vencidas			10.107.853,09	677.169,17	10.785.022,26	(5.827.539,73)	8.835.146,49	(4.549.188,02)
Total Geral			98.762.218,73	9.198.042,77	107.960.261,50	(9.121.446,30)	81.463.010,77	(8.396.421,27)
Provisões			(8.644.529,36)	(476.917,59)	(9.121.446,95)		(8.396.421,27)	
Total Líquido			90.117.689,37	8.721.125,18	98.838.814,55		73.066.589,50	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	19.460.690,04	23.244.849,18	56.056.679,51	98.762.218,73
Financiamentos	789.822,94	1.947.994,32	6.460.225,51	9.198.042,77
TOTAL	20.250.512,98	25.192.843,50	62.516.905,02	107.960.261,50

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	23.086.660,17	400.034,79	23.486.694,96	21,75%
Setor Privado - Indústria	539.810,78	-	539.810,78	0,50%
Setor Privado - Serviços	67.600.721,10	5.886.224,44	73.486.945,54	68,07%
Pessoa Física	7.447.138,59	2.911.783,54	10.358.922,13	9,60%
Outros	87.888,09	-	87.888,09	0,08%
TOTAL	98.762.218,73	9.198.042,77	107.960.261,50	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	8.396.421,27	4.817.154,53
Constituições	16.329.347,34	13.575.160,48
Reversões	(8.521.102,49)	(6.287.379,75)
Transferência para prejuízo	(7.083.219,17)	(3.708.513,99)
TOTAL	9.121.446,95	8.396.421,27

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	3.572.718,59	3,27%	3.902.754,39	4,79%
10 Maiores Devedores	22.986.147,41	21,07%	15.397.998,14	18,89%
50 Maiores Devedores	49.271.456,20	45,16%	36.140.229,83	44,35%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	15.630.207,31	12.327.717,27
Valor das operações transferidas no período	7.083.219,17	3.708.513,99
Valor das operações recuperadas no período	(239.466,19)	(406.023,95)
TOTAL	22.473.960,29	15.630.207,31

h) Operações renegociadas:

As operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um saldo devedor conforme demonstrado abaixo, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações renegociadas	31.202.329,52	10.210.054,39

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados	666.947,08	-	260.460,57	-
Avais e Fianças Honrados (I)	666.947,08	-	260.460,57	-
Rendas a Receber	221.941,39	-	213.741,44	-
Serviços prestados a receber (II)	105.775,32	-	102.075,49	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (III)	116.166,07	-	111.665,95	-
Diversos	1.259.150,12	301.666,76	535.531,44	-
Adiantamentos e antecipações salariais	38.520,31	-	80,46	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	43.026,55	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	700,00	-	136.876,11	-
Devedores por compra de valores e bens (IV)	354.257,90	301.666,76	-	-
Pagamentos a ressarcir	60,87	-	616,19	-
Títulos e créditos a receber	228.019,54	-	347.314,37	-
Devedores diversos – país (V)	594.564,95	-	50.644,31	-
Ativos Ficais Correntes e Diferidos	217.353,38	-	92.759,20	-
Impostos e contribuições a compensar	217.353,38	-	92.759,20	-
(-) Provisões para outros créditos (IV)	(561.637,74)	(1.508,33)	(219.555,13)	-
(-) Com características de concessão de crédito	(561.637,74)	(1.508,33)	(219.555,13)	-
TOTAL	1.803.754,23	300.158,43	882.937,52	-

(I) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da Cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(II) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito R\$ 105.775,32 (Cento e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

(III) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNI referente ao mês de dezembro de 2020.

(IV) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,50%	Normal	-	655.924,66	655.924,66	(3.279,62)	-	-
E	30,00%	Vencidas	86.327,29	-	86.327,29	(25.898,21)	38.564,30	(11.569,29)
F	50,00%	Vencidas	84.059,28	-	84.059,28	(42.029,66)	24.611,89	(12.305,95)
G	70,00%	Vencidas	15.406,53	-	15.406,53	(10.784,59)	5.348,35	(3.743,85)
H	100,00%	Vencidas	481.153,98	-	481.153,98	(481.153,99)	191.936,03	(191.936,04)
Total Normal			0	655.924,66	655.924,66	(3.279,62)	-	-
Total Vencidas			666.947,08	-	666.947,08	(559.866,45)	260.460,57	(219.555,13)
Total Geral			666.947,08	655.924,66	1.322.871,74	(563.146,07)	260.460,57	(219.555,13)
Provisões			(559.866,45)	(3.279,62)	(563.146,07)		(219.555,13)	
Total Líquido			107.080,70	652.645,04	759.725,74		40.905,44	

(V) Refere-se ao saldo de pendências a regularizar, no valor R\$ 47.049,42, aporte de capital a Associação de Garantias de Crédito - Garantigoíás no valor de R\$ 500,000,00 e valor R\$ 47,515,53 de Bloqueio Judicial Bacen.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (I)	8.597.414,41	8.145.299,87
Material em Estoque	3.619,00	1.631,00
Despesas Antecipadas (II)	178.137,37	127.505,76
TOTAL	8.779.170,78	8.274.436,63

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020** e **31 de dezembro 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito - SICOOB UNI	1.848.358,37	1.798.752,10
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito - Bancoob	1.160.681,88	1.081.731,63
TOTAL	3.009.040,25	2.880.483,73

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (I)		375.239,95	624.457,24
Terrenos		500.000,00	500.000,00
Instalações	10%	684.625,74	1.600,00
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(86.245,43)	(79,98)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.229.066,10	1.091.105,35
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(494.509,79)	(392.552,40)
Sistema de Comunicação	20%	138.704,12	111.044,01
Sistema de Processamento de Dados	20%	798.552,92	641.177,45
Sistema de Segurança	10%	160.400,09	156.678,21
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(510.101,50)	(342.008,24)
TOTAL		2.795.732,20	2.391.421,64

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Sistemas de Processamento de Dados	22.940,76	-
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	50.470,13	-
Outros Ativos Intangíveis	-	64.188,13
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(33.708,60)	(28.643,45)
TOTAL	39.702,29	35.544,68

11. Depósitos

São compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

São compostos também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-

estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	64.332.561,62		43.506.164,93	
Depósito a Prazo	81.471.646,34	0,16	43.418.173,37	0,35
TOTAL	145.804.207,96		86.924.338,30	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	10.754.716,22	7,28%	7.696.816,50	8,91%
10 Maiores Depositantes	38.409.801,19	26,00%	25.964.169,19	30,06%
50 Maiores Depositantes	72.783.498,08	49,26%	48.054.274,46	55,63%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(734.745,28)	(1.569.058,05)	(1.102.084,19)	(2.105.876,43)
Despesas De Letras De Crédito Imobiliário	(5.195,25)	(5.195,25)	0,00	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(97.997,33)	(166.492,11)	(57.626,00)	(57.626,00)
TOTAL	(837.937,86)	(1.740.745,41)	(1.159.710,19)	(2.163.502,43)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se as Letras de Crédito Imobiliário - LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesa Letras De Crédito Imobiliário	2.398.417,21	-
TOTAL	2.398.417,21	-

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	Taxa média (a.m)	2º sem/19	31/12/2019	Taxa média (a.m)
Despesa Letras De Crédito Imobiliário	(5.195,25)	(5.195,25)	0,14	-	-	-

13. Relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Repasses Interfinanceiros	-	93,11
TOTAL	-	93,11

14. Relações de interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (I)	239.588,25	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	20,00
TOTAL	239.588,25	20,00

(I) Trata-se de cobranças recebidas pela Cooperativa que serão registradas nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

15. Outras obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.376,87	-	18.141,52	-
Sociais e Estatutárias	1.058.351,41	-	447.686,78	-
Fiscais e Previdenciárias	362.990,08	-	344.982,68	-
Diversas	2.195.676,83	6.147,92	2.381.727,81	4.137,36
TOTAL	3.621.395,19	6.147,92	3.192.538,79	4.137,36

15.1 Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.376,87	18.141,52
TOTAL	4.376,87	18.141,52

15.2 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (I)	322.604,16	265.842,43
Resultado de Atos com não Associados	52.800,19	-
Cotas de Capital a Pagar (II)	682.947,06	181.844,35
TOTAL	1.058.351,41	447.686,78

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.3 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	17.308,23	18.567,26
Impostos e Contribuições sobre Salários	290.232,58	299.037,39
Outros	55.449,27	27.378,03
TOTAL	362.990,08	344.982,68

15.4 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	33.363,23	-	3.181,58	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (II)	233.855,04	-	225.108,57	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	987.929,42	-	1.471.408,75	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (IV)	378.370,71	6.147,92	234.037,32	4.137,36
Credores Diversos – País (V)	562.158,43	-	367.991,59	-
TOTAL	2.195.676,83	6.147,92	2.301.727,81	4.137,36

(I) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores.

(II) Refere-se ao saldo de conta salário.

(III) Refere-se à provisão para pagamento despesas com Pessoal (Honorários, Férias e Encargos), a outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(IV) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(V) Refere-se aos valores de pendências a regularizar no valor R\$ 340.395,91 regularizadas durante o próximo exercício, crédito de cobrança para ser creditado ao seu cooperado ou liquidação das suas operações no valor R\$ 101.125,66, e restante créditos a serem repassados aos cooperados.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB LOJICRED** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020** e **31 de dezembro 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No primeiro semestre de **2020**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.450.285,15 (Dois milhões quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	26.629.867,82	24.179.582,67
Associados	5.309	4.952

b) Fundo de reserva

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07/05/2020, os cooperados deliberaram pela transferência das sobras do exercício findo em **31 de dezembro 2019** para Fundo de Reserva conforme ata nº 26, no valor de R\$ 717.419,22 (Setecentos e dezessete mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte e dois centavos).

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	654.117,48	348.767,13
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	1.444.780,92
Sobra líquida antes dos ajustes	654.117,48	1.793.548,05
Resultado de atos com não associados	(52.800,19)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	601.317,29	1.793.548,05
Destinações estatutárias	(390.856,24)	(1.076.128,83)
Reserva legal - 55%	(330.724,51)	(896.774,02)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(60.131,73)	(179.354,81)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	210.461,05	717.419,22

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	637.989,35	(190.151,54)
Contribuição social sobre lucro líquido	67.020,63	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	-
Resultado operacional	705.009,98	(190.151,54)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(626.763,54)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.446,25)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	52.800,19	(190.151,54)

19. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de

2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 523.992,80 (Quinhentos e vinte três mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), equivalente a 76% da variação da SELIC.

20. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	48.098,89	165.234,94	262.742,67	562.095,54
Rendas de Empréstimos	6.684.289,44	13.610.679,98	7.053.389,77	13.000.164,88
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.351.966,17	3.277.377,66	2.103.447,75	4.353.629,78
Rendas de Financiamentos	462.914,11	1.022.421,96	564.825,12	904.239,63
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	583.944,91	631.510,17	312.436,89	570.117,01
TOTAL	9.131.213,52	18.707.224,71	10.296.842,20	19.390.246,84

21. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(837.937,86)	(1.740.745,41)	(1.159.710,19)	(2.163.502,43)
Provisões para Operações de Crédito	(2.408.910,83)	(7.074.587,16)	(4.592.156,39)	(7.582.445,19)
Provisões para Outros Créditos	(510.423,80)	(778.651,13)	(142.319,63)	(366.000,27)
TOTAL	(3.757.272,49)	(9.593.983,70)	(5.894.186,21)	(10.111.947,89)

22. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.086.511,53	2.198.205,63	1.003.071,96	1.791.700,98
Rendas de outros serviços	619.968,16	1.207.274,23	686.512,95	1.131.110,19
TOTAL	1.706.479,69	3.405.479,86	1.689.584,91	2.922.811,17

23. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	195.944,78	412.252,51	207.335,11	384.402,61
Rendas de Serviços Prioritários - PF	93.383,15	233.152,30	119.389,24	233.259,09
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.143,95	5.341,58	721,37	4.069,06
Rendas de Serviços Especiais - PF	-	605,86	-	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.452.519,51	3.225.605,44	2.012.965,83	3.945.336,94
TOTAL	1.742.991,39	3.876.957,69	2.340.411,55	4.567.067,70

24. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(43.500,00)	(87.000,00)	(42.000,00)	(83.702,70)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(497.340,09)	(873.256,30)	(457.533,71)	(822.906,31)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(759.463,01)	(1.571.254,57)	(861.814,03)	(1.752.440,03)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(783.489,31)	(1.576.418,74)	(847.263,20)	(1.592.922,30)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.118.381,64)	(4.547.077,24)	(2.428.145,58)	(4.577.528,04)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6.482,46)	(37.938,64)	(168.916,73)	(264.867,48)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(2.982,51)	(10.008,41)	(1.866,97)	(27.540,88)
TOTAL	(4.211.639,02)	(8.702.953,90)	(4.817.540,22)	(9.121.907,74)

25. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(91.173,56)	(179.197,17)	(94.158,07)	(161.791,32)
Despesas de Aluguéis	(261.217,74)	(539.395,93)	(243.309,55)	(453.652,17)
Despesas de Comunicações	(147.830,47)	(307.691,14)	(182.992,96)	(339.686,83)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(79.235,74)	(185.520,48)	(144.480,87)	(239.362,27)
Despesas de Material	(21.059,13)	(54.374,79)	(48.421,45)	(85.591,70)
Despesas de Processamento de Dados	(220.731,62)	(336.854,28)	(51.426,61)	(86.078,15)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(22.044,29)	(57.545,87)	(187.463,77)	(259.704,00)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(62.632,45)	(189.090,39)	(229.206,72)	(361.281,10)
Despesas de Publicações	-	-	(2.500,00)	(8.510,00)
Despesas de Seguros	(48.189,77)	(58.600,91)	(65.162,03)	(144.670,62)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(624.931,92)	(1.250.268,39)	(664.390,18)	(1.339.481,54)
Despesas de Serviços de Terceiros	(126.101,31)	(291.975,94)	(180.520,62)	(408.663,99)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(263.068,84)	(570.821,92)	(282.706,66)	(512.431,58)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(433.673,60)	(840.297,77)	(249.825,53)	(398.550,40)
Despesas de Transporte	(198.335,61)	(439.600,62)	(313.945,39)	(510.796,29)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(674,25)	(60.012,11)	(75.591,64)
Despesas de Viagem no País	(73,86)	(4.584,16)	(116.998,63)	(163.757,22)
Despesas de Amortização	(81.832,44)	(161.878,73)	(2.178,46)	(10.776,22)
Despesas de Depreciação	(110.953,28)	(199.402,50)	(118.703,81)	(217.595,49)
Outras Despesas Administrativas	(117.311,34)	(250.271,05)	(247.735,40)	(389.037,23)
Emolumentos judiciais e cartorários	(324.125,46)	(654.607,57)	(190.978,88)	(392.022,82)
Contribuição a OCE	(7.176,00)	(14.352,00)	(29.817,91)	(60.756,12)
Rateio de despesas da Central	(275.307,35)	(620.875,85)	(480.358,08)	(652.745,82)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(293.917,62)	(671.263,42)	(353.577,27)	(693.711,18)
TOTAL	(3.810.923,40)	(7.879.145,13)	(4.540.870,96)	(7.966.245,70)

26. Despesas tributárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
(-) Despesas Tributárias	(24.359,29)	(50.786,08)	(61.148,68)	(129.152,05)
(-) Desp. Imposto s/Serviços Qualquer Natureza - ISS	(30.876,25)	(56.425,95)	(31.551,83)	(54.064,57)
(-) Despesas de Contribuição ao COFINS	(36.545,71)	(78.619,53)	(52.285,84)	(95.882,13)
(-) Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(25.472,59)	(54.451,52)	(28.607,33)	(46.991,81)
TOTAL	(117.253,84)	(240.283,08)	(173.593,68)	(326.090,56)

27. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	111.300,53	121.358,12	7.082,40	55.142,96
Dividendos	-	78.951,91	-	141.212,01
Deduções e abatimentos	44,55	8.430,95	672,86	897,19
Rendas de repasses Del Credere	82,76	195,17	135,10	300,58
Outras rendas operacionais	49.698,52	49.733,42	39.984,43	57.929,33
Rendas oriundas de cartões de crédito	747.330,08	1.729.959,65	967.120,70	1.612.430,79
TOTAL	908.456,44	1.988.629,22	1.014.995,49	1.867.912,86

28. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(66.052,80)	(100.582,96)	(18.241,00)	(85.194,44)
Outras Despesas Operacionais	(172.433,49)	(502.384,44)	(236.067,93)	(405.875,09)
	(3.559,27)	(15.120,80)	(1.016,25)	(1.274,51)
Cancelamento - tarifas pendentes	(398.747,35)	(759.174,99)	(337.997,98)	(524.987,88)
TOTAL	(640.792,91)	(1.377.263,19)	(593.323,16)	(1.017.331,92)

29. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	375.601,25	375.601,25	940.932,77	975.632,77
Ganhos de Capital	126.112,99	133.073,50	23.961,16	44.587,13
Ganhos de Aluguéis	-	-	30.000,00	60.000,00
Outras Rendas não Operacionais	6.158,79	6.158,79	-	2.588,42
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(5.109,85)	(5.109,85)	(259.994,97)	(528.968,99)
(-) Perdas de Capital	(261.510,00)	(261.747,50)	(1.200,00)	(2.521,62)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	-	(452.293,32)	(452.293,32)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(179.728,52)	(320.618,90)	(11.095,96)	(11.095,96)
Resultado Líquido	61.524,66	(72.642,71)	270.309,68	87.928,43

30. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	3.202.999,11	1,38%	32.836,70
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	81.027,88	0,04%	202,11
TOTAL	3.284.026,99	1,42%	33.038,81
Montante das Operações Passivas	3.307.257,55	2,68%	

b) Operações ativas e passivas - saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	325,03	7,85	0,06%
Conta Garantida	2.595,39	37,99	0,06%
Empréstimos	2.414.919,04	38.514,35	2,75%
Financiamentos	105.927,85	2.731,63	1,15%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - (%a.m)
Depósitos à Vista	820.100,19	1,28%	0,00%
Depósitos a Prazo	2.521.163,06	3,09%	0,16%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	24.082,30	1,00%	0,15%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas (%a.m)
Empréstimos	0,61%
Financiamentos Rurais - repasses	1,16%
Aplicação Financeira - Pós-Fixada	95,86%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,46%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	1,61%
Aplicações Financeiras	2,68%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	2.799,83
Empréstimos	4.661.586,64
Financiamentos	593.364,48

31. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS LTDA - SICOOB LOJICRED** -, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB LOJICRED** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

32. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

32.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

32.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a Cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes

e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de estresse.

32.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos aos quais está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

32.4 Risco de crédito e risco socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

32.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

33. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	32.466.414,90	30.661.124,39
Índice de Basileia %	26,20%	33,37%
Índice de Imobilização %	8,61%	7,80%
Ativos Ponderados pelos Riscos	123.921.005,98	91.880.187,54

35. Provisão para passivos contingentes

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB LOJICRED**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 103.270,75. O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos

processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2020.

Elizângela Maria Fernandes Pimenta

Diretora Geral

Clóvis Luiz do Amaral

Diretor de Suporte Organizacional

Christian Potenciano de Sousa

Contador CRC GO 013.939/O-9



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À ADMINISTRAÇÃO E AOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS LTDA. - SICOOB LOJICRED

GOIÂNIA/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Estado de Goiás Ltda. - SICOOB LOJICRED -, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB LOJICRED em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compre-

endem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 31 de março de 2021.



Diego Rabelo S. Toledo

Contador CRC/DF 019481/O-4

CNAI 2090



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Estado de Goiás Ltda. - Sicoob Lojicred -, no cumprimento das disposições legais e estatutárias e relativamente às demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresenta o seu parecer à Assembleia Geral, nos seguintes termos:

01. Da contextualização e da comparação com as contas do ano de 2020 e de 2019

Para todos os meses do ano de 2020, este Conselho Fiscal examinou os resultados do acompanhamento sistemático, realizando reuniões de verificação no decorrer do referido exercício; avaliando as informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício, por meio inclusive do relatório da área de Controle Interno.

Para o fechamento do período de 2020, foram disponibilizadas as Demonstrações Financeiras e Contábeis pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentadas pela Administração da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Estado de Goiás Ltda. - Sicoob Lojicred -, acompanhada das respectivas notas explicativas.

Encerrado o balanço e procedida a auditoria externa, foi-nos disponibilizado o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do período findo em 31/12/2020, com a opinião sem ressalva, exarado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, datado de 31 de março de 2021, contendo o seguinte teor, quanto à opinião:

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Estado de Goiás Ltda. – SICOOB LOJICRED, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB LOJICRED em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Foi-nos também disponibilizado o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do período findo em 31/12/2019, para efeitos comparativos, datado de 27/04/2020, também com a opinião sem ressalvas. Tal solicitação feita pelo Conselho Fiscal para disponibilização deste relatório, se deu considerando que no relatório de auditoria do ano de 2020 não fora feita menção sobre o tipo de parecer do ano anterior, mas tomando-o em análise, constatou-se a situação mencionada, conforme reproduzido a seguir:

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Estado de Goiás Ltda. – Sicoob Lojicred, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Lojicred em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

02. Do Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2020

Nesse contexto, tendo analisado toda a documentação, relatórios e demais peças e notas explicativas, bem como tomando-se como suporte as análises empreendidas pela equipe de auditoria externa que aprovou as demonstrações financeiras sem ressalvas, inclusive de forma comparada (2020/2019), considerando os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, concluímos que as evidências obtidas são suficientes para recomendar a aprovação das demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Estado de Goiás Ltda. – Sicoob Lojicred.

Goiânia/GO, 01 de abril de 2021.

Euclides Barbo Siqueira
Coordenador e Conselheiro
Fiscal

Valdir Mendonça Alves
Secretário e Conselheiro
Fiscal

Túlio Felipe Calaça
Conselheiro Fiscal

AGÊNCIAS

Agências em Goiânia



SEDE

Rua 01, N° 144, Qd. 03, Lt. 05,
Centro, Goiânia - GO
CEP: 74013-010



FLAMBOYANT

Av. Dep. Jamel Cecílio, N° 3300 -
Loja Q 35 1P,
Flamboyant Shopping Center
Goiânia - GO



FLAMBOYANT

Rua 109, N° 126, Qd. G, Lt. 09,
Setor Vila São João,
Goiânia - GO
CEP: 74815-435



SINCOPEÇAS

Av. Mato Grosso, N° 765,
Setor Campinas, Goiânia - GO
CEP: 74513-040

Agência em Trindade



TRINDADE

Av. Manoel Monteiro, N° 1026,
Qd. 27, Vila Pai Eterno,
Trindade - GO
CEP: 75380-000

Agência em Bonfinópolis



BONFINÓPOLIS

Av. 01, Sobrado, S/N , Qd. D,
Lt. 04, Bairro Jardim Augusto,
Bonfinópolis - GO
CEP: 75195-000

Agência em Inhumas



INHUMAS

Rua Mamédio Calil, esq. com rua
Goiás, salas 6 a 10, Setor Centro,
Inhumas - GO
CEP: 75400-000

segue lá



sicooblojicredoficial



oficialsicooblojicred

sicoob.com.br/web/sicooblojicred



#SOMOS FEITOS
DE **VALORES**

